

CAGED 2018: mais de 20% dos professores da educação básica têm apenas o nível médio

Telma América Venturelli

Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) - Brasília, DF - Brasil. Assessora

Parlamentar do Senado Federal (SF) - Brasília, DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5637545061982672>

E-mail: taventurelli@gmail.com

RESUMO

O Brasil admite que professores com formação de nível médio atuem em classes da educação infantil e em classes dos anos iniciais do ensino fundamental. Tanto as escolas públicas federais, estaduais e municipais quanto as escolas privadas mantêm, em seus quadros, o registro de contratação desses profissionais. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e do Censo Escolar, referentes aos anos de 2015 a 2018, apontaram leve aumento no estoque de emprego para esses profissionais. Outros dados, das mesmas fontes, indicam pequeno aumento no número de contratações de professores das disciplinas pedagógicas para o nível médio, ou seja, o mercado, ainda que timidamente, está ampliando a oferta de vagas para professores formadores de professores de nível médio, o que pode significar certa resistência tanto de empregadores privados quanto do setor público em elevar a escolaridade dos docentes da educação básica que atuam em todos os seus níveis. Mesmo que a legislação brasileira permita que profissionais de nível médio atuem como docentes, o que se destaca neste artigo são os prejuízos sociais e econômicos dessa condição porque, notadamente, portadores de diploma de nível médio têm pouca ou nenhuma formação científica, situação que os tornará educadores sem os requisitos técnicos necessários para mediar a educação dos jovens brasileiros no nível de complexidade requerido para este século XXI.

Palavras-chave: Educação. Adequação docente. Professores de nível médio.

Caged 2018: over 20% of elementary school teachers have only the high school education

ABSTRACT

Brazil admits that teachers with a high school education work in early childhood and early childhood classes. Both federal, state and municipal public schools, as well as private schools, maintain in their cadres the registration of hiring these professionals. Data from the Caged and the Censo Escolar for the years 2015 to 2018 showed a slight increase in the employment stock for these professionals, other data from the same sources indicate a small increase in the number of hiring of teachers in the pedagogic disciplines at the secondary level, or market, although it is timidly expanding the supply of vacancies for teachers who train teachers at the secondary level, which may mean a certain resistance both from private and public sector employers to raising the level of basic education teachers in all their schools levels. Even though Brazilian law allows middle-level professionals to act as teachers, what stands out in this article are the social and economic damages of this condition because, notably, those with a high school diploma have little or no scientific training, which will make them educators without the technical requirements necessary to mediate the education of Brazilian youth in the degree of complexity required for this twenty-first century.

Keywords: Education. Teaching adequacy. High school teachers.

Caged 2018: más del 20% de los profesores de la educación básica sólo tiene el nivel medio

RESUMEN

Brasil admite que profesores con formación de nivel medio actúan en clases de educación infantil y de los años iniciales de la enseñanza fundamental. Tanto las escuelas públicas federales, estatales y municipales como las escuelas privadas mantienen en sus cuadros el registro de contratación de estos profesionales. Los datos del Caged y del Censo Escolar referentes a los años 2015 a 2018 apuntan un leve aumento en el stock de empleo para estos profesionales, otros datos de las mismas fuentes indican un pequeño aumento en el número de contrataciones de profesores de las disciplinas pedagógicas para el nivel medio, o es decir, el mercado aunque tímidamente está ampliando la oferta de vacantes para profesores formadores de profesores de nivel medio, lo que puede significar una cierta resistencia tanto de empleadores privados y del sector público en elevar la escolaridad de los docentes de la educación básica en todos sus niveles. Aunque la legislación brasileña permita que profesionales de nivel medio actúen como docentes, lo que se destaca en este artículo son los perjuicios sociales y económicos de esta condición porque notadamente portadores de diploma de nivel medio tienen poca o ninguna formación científica, situación que los hará educadores sin los requisitos técnicos necesarios para mediar la educación de los jóvenes brasileños en el grado de complejidad requeridos para este siglo XXI.

Palabras clave: Educación. Adecuación docente. Profesores de nivel medio.

INTRODUÇÃO

Segundo dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), referentes aos anos de 2015 a 2018, e do Censo Escolar, para o período de 2015 a 2017, o Brasil possui expressivo número de professores de formação de nível médio atuando principalmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, em seus artigos 62 e 63, admita essa situação, a questão que se coloca é por que essa autorização persiste mesmo diante do quadro de acelerado desenvolvimento tecnológico das sociedades contemporâneas? Trata-se de uma situação conflitante com o esforço normativo instalado no país, desde a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu regras de caráter universal para a educação, como as constantes no artigo 23, incisos V e IX, no art. 30, inciso VI, no art. 60, inciso III, *caput* do art. 205, *caput*, e inciso IV do art. 208.

Em julho de 2015, o Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentou a Resolução nº 2, que determinou como deve ser feita a formação de professores da educação básica e de outras modalidades de ensino.

No texto foram apresentados sólidos argumentos em defesa da formação de professores no país, em especial daqueles que atuarão na educação básica, o que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e tal formação deve ser balizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. O artigo 2º da Resolução estabeleceu que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência:

- na educação infantil;
- no ensino fundamental;
- no ensino médio;
- na Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola;
- nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

O parágrafo 4º do art. 3 da referida Resolução estabeleceu que são considerados profissionais da educação básica, entre outros, aqueles que exercem o magistério nas suas diversas etapas e modalidades, o que incluiu a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Todo o conjunto da resolução apontou para a imperiosa necessidade de formar os professores da educação básica em cursos de nível superior.

Desde a promulgação da LDB 9.394/96, os governos federal, estadual e municipal vêm promovendo, em caráter de colaboração ou localmente, ações de qualificação de nível superior para seus quadros docentes. Em muitos estados do país, como, por exemplo, no Distrito Federal, a titulação mínima para o ingresso na carreira do magistério local é de licenciatura. Contudo, a permissão para o exercício da docência, para professores de nível médio, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, constante nos artigos 62 e 63 da LDB, dificulta e pode até desestimular os sistemas públicos e privados para que definitivamente elevem o nível educacional de seus docentes, pela simples razão de que esses profissionais têm remuneração inferior àqueles de nível superior. Outra razão para essa possível resistência pode ser a dificuldade de atrair profissionais de nível superior para trabalhar nas zonas rurais do país, localidades onde se encontram as maiores concentrações de professores de nível médio, segundo os dados apurados, nos Censos Escolares do período estudado.

METODOLOGIA

Os argumentos apresentados neste artigo estão amparados por duas fontes de dados oficiais, a saber, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e o Censo Escolar. O Caged tem periodicidade de coleta mensal e declaratória e o Censo Escolar é da mesma forma declaratório e possui periodicidade anual. O recorte temporal utilizado neste artigo se refere aos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 para o Caged, e de 2015, 2016 e 2017 para o Censo Escolar.

A respeito do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) é importante saber que ele foi instituído pela Lei nº 4.923, em 23 de dezembro de 1965, e se constitui em importante fonte de informação de âmbito nacional, chegando ao detalhamento no nível municipal. A periodicidade da coleta de dados é mensal e sua natureza é declaratória. O Caged foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os dados aqui utilizados foram obtidos a partir do portal do Caged, na funcionalidade Bases Estatísticas do Caged¹. Dessa base foram extraídas informações para as competências de 2015, 2016, 2017 e 2018 referentes aos professores de nível médio da educação infantil², professores de nível médio dos anos iniciais do ensino fundamental³ e professores das disciplinas pedagógicas no ensino médio⁴.

Por sua vez, o Censo Escolar⁵ realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tratou, entre outros assuntos, da investigação sobre a adequação docente para os anos de 2015, 2016 e 2017. A adequação docente diz respeito ao alinhamento entre a formação docente e o nível de ensino em que o professor atua. O Inep dividiu em cinco grupos os dados referentes ao Indicador de Adequação Docente (IAD):

Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina, com curso de complementação pedagógica concluído;

Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica;

¹ <https://bit.ly/2B8YhSm>

² Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 2002 – código de classificação 3311-05

³ CBO 2002 – código de classificação 3312-05

⁴ CBO 2002 – código de classificação 2321-15

⁵ <https://bit.ly/2sUuqJ6>

Grupo 3 - Docentes com licenciatura em área diferente daquela que lecionam, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que lecionam;

Grupo 4 - Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores;

Grupo 5 - Docentes que não possuem curso superior completo.

As informações sobre a adequação docente utilizadas neste artigo foram separadas pelas dependências administrativas pública e privada totais para o Brasil. Essas informações foram encontradas tanto no Caged quanto no Censo Escolar.

Nas análises aqui apresentadas não foram levados em consideração professores classificados como leigos, ou seja, que têm escolaridade inferior ao ensino médio, situação ainda encontrada, principalmente, nas zonas rurais dos municípios mais pobres do país. Dados do Censo Escolar de 2009 indicaram aumento da ordem de 35% no número de professores leigos que atuavam em creches, pré-escolas, ensino fundamental e até ensino médio nas cinco regiões do país. Como o registro desses professores representa situação irregular, tendo em vista a sua escolaridade, a subnotificação deve ser levada em consideração.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A EDUCAÇÃO INFANTIL

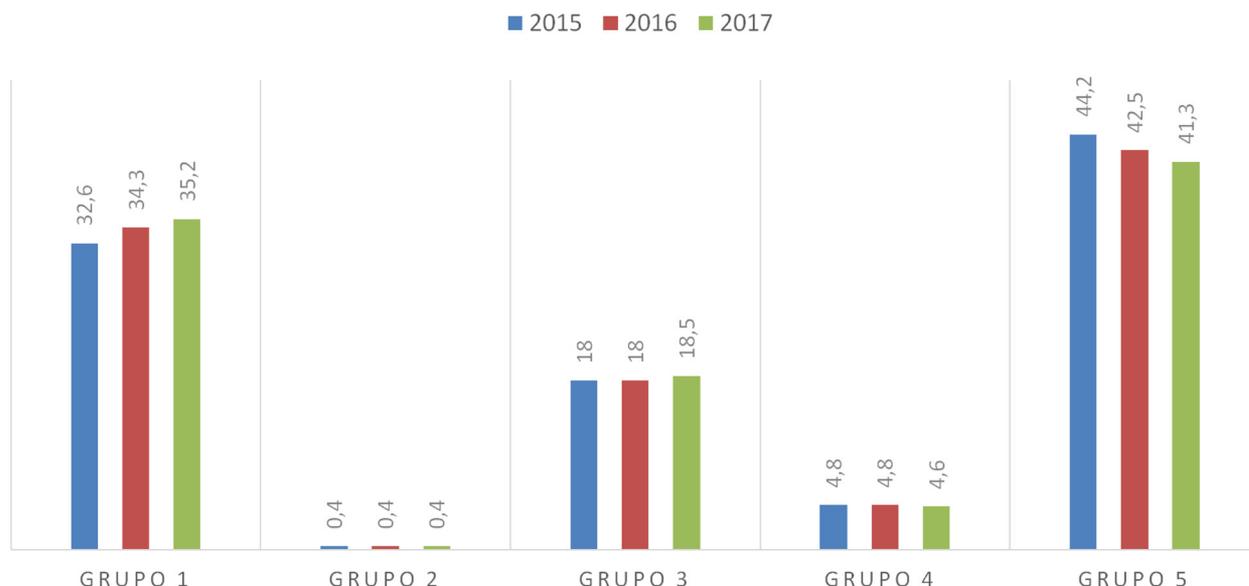
A meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece como objetivo assegurar que todos os docentes da educação básica possuam “formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Os planos estaduais de educação, aprovados em todo o país, caminharam em concordância com essa meta, contudo, o quadro real da educação brasileira, no tocante à formação docente, aponta que ainda serão necessários alguns anos para que todos os professores da educação básica, que atuam tanto nas

escolas públicas quanto privadas, tenham formação de nível superior.

Segundo o Censo Escolar de 2017, o país conta com 184,1 mil escolas de educação básica, e cerca de 2/3 (112,9 mil) delas estão sob a responsabilidade dos municípios. A participação das escolas da rede privada passou de 21,5% em 2016 para 21,7% em 2017. A oferta de educação infantil abrange 116,5 mil escolas no Brasil, sendo pouco mais de 29 mil de natureza privada.

A respeito especificamente da dependência administrativa privada para as escolas da educação infantil no país, os dados do Censo Escolar apontaram para o período 2015 a 2017 (gráfico 1) que 41,3% dos professores contratados possuíam escolaridade inferior ao nível superior (grupo 5). Para os professores com escolaridade adequada (grupo 1), verificou-se um leve aumento percentual em sua participação, ao mesmo tempo que os professores representados no grupo 5 tiveram leve queda no mesmo período apurado.

Gráfico 1 – Adequação da formação docente de professores que atuam na educação infantil nas escolas privadas - Brasil (2015-2017)



Fonte: INEP - Censos Educacionais 2015 a 2017.

Contudo, ao se observar o setor privado, a partir do Caged, para o período de 2015 a 2018, ocorreu discreto crescimento do estoque de emprego para professores de nível médio que atuam na educação infantil, mesmo tendo o ano de 2016 mostrado resultados negativos. No ano de 2018, a variação entre contratados e demitidos no setor de ensino foi positiva e fechou dezembro com 2,5%, sendo que a variação específica para os professores de nível médio que atuam na educação infantil foi de 0,08% e a variação média para o período estudado foi de 0,14% (tabela 1).

Tabela 1 – Caged - Professores de nível médio na educação infantil (CBO 2002) Brasil - 2015 a 2018

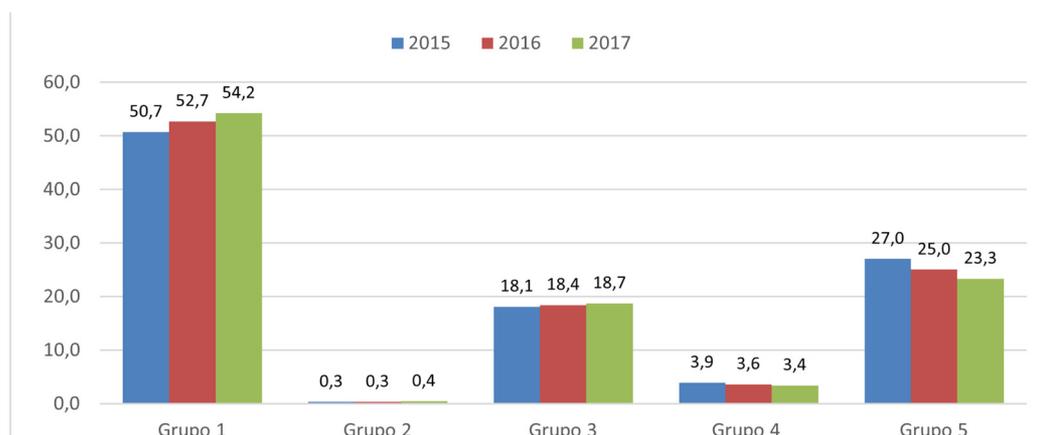
Ano	Total	Varição %
2015	444.939	
2016	433.512	-0,03
2017	469.046	0,08
2018	506.904	0,08
Varição total		0,14

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI Nº 4.923/65

Segundo as notas estatísticas do Censo Escolar 2017, esse discreto crescimento no número de contratados para trabalhar na educação infantil foi reflexo do aumento do número de matrículas, observados para essa modalidade de ensino, cujo crescimento foi de 11,8% de 2013 a 2017, chegando a 8,5 milhões de alunos em 2017.

O Censo Escolar 2017 evidencia que a participação de professores de nível superior na educação infantil, nas escolas públicas brasileiras, chegou a 54,2% (gráfico 2) do total de professores que atuam nessa modalidade de ensino. É uma notícia triste porque significa que os outros 45,8% não são professores com habilitação e formação adequadas para essa modalidade de ensino. Como ficam os alunos, milhões de crianças, atendidos por professores que não conhecem a infância nos seus aspectos morfológicos, psíquicos e estruturais, e que não têm a profundidade necessária para mediar, com realismo delicado, a descoberta do mundo e de seus fenômenos?

Gráfico 2 – Adequação da formação docente dos professores que atuam na educação infantil em escolas públicas - Brasil (2015-2017)



Fonte: INEP - Censos Educacionais 2015 a 2017.

Nesse ponto vale comentar que a educação infantil ainda amarga a equivocada compreensão de que o seu objetivo é deixar a criança em local seguro para que possa brincar, como se brincar não tivesse função pedagógica das mais importantes para o pleno desenvolvimento humano. Entretanto, por se tratar de modalidade de ensino cuja função não está clara para a maior parte da população, é compreensível que se admita que os professores que trabalham nessas escolas tenham sua formação de nível médio. Para deixar ainda mais clara a preocupação que essa situação provoca, vale destacar que a educação de nível médio no Brasil foi classificada, nos anos 90 do século XX, como o “patinho feio” da educação nacional, tamanho o descompasso entre a formação necessária e a que é efetivamente fornecida.

A recente universalização da educação infantil trouxe para a vida das crianças que têm idade entre 0 e 5 anos o contexto escolar com sua hierarquia de saberes que não corresponde ao que se necessita nesta etapa. Peroza (2016, p.821) destaca que a educação infantil em especial necessitou nos últimos anos de olhar mais atento para que se pudesse compreender as crianças pequenas em sua singularidade. Para essa compreensão, áreas do conhecimento como história, sociologia, antropologia além da psicologia e da biologia, têm sido consultadas, instadas.

O acesso a todo este conhecimento se dá por meio do ensino superior, não há como lidar de maneira aprofundada e organizada em outros lugares, outras instâncias.

Se por um lado se tem a formação de professores para atuar na educação básica com um rol tão diversos de possibilidades, por outro lado, o que realmente importa é que crianças brasileiras estão sendo escolarizadas desde o primeiro ano de vida, sem que políticas públicas mais assertivas lhes assegurem elevado e adequado grau de atendimento.

Segundo o estudo *Starting Strong 2017*⁶, realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação infantil, oferecida em instituições públicas, traz mais benefícios a crianças de baixo nível socioeconômico, especialmente por oferecer a base para um aprendizado bem-sucedido ao longo da vida e, também, oferecer o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Contudo, essa perspectiva fica prejudicada na medida em que os profissionais que trabalham nessa modalidade de ensino não possuem formação adequada. O estudo ainda apontou que, em média, os países remuneram os profissionais que atuam na educação infantil com algo em torno de 70% da remuneração daqueles que atuam em outros níveis de ensino.

⁶ Fonte: <http://www.oecd.org/publications/starting-strong-2017-9789264276116-en.htm>. Acesso 10 fev. 2019.

Melhuish (2013, p.123), discutindo os efeitos de longo prazo da educação infantil, apurou que sociedades que apoiam pais e crianças, entre 3 e 6 anos de idade, tendem a ver reduzidos, em longo prazo, custos sociais com a violência juvenil, a depressão, o suicídio e o desemprego, entre outros. Os estudos realizados evidenciaram que a educação infantil de boa qualidade, oferecida principalmente por instituições públicas e gratuitas, gera resultados positivos tanto para os indivíduos quanto para a sociedade, e tais resultados se referiram principalmente aos aspectos sociais, cognitivos e educacionais. Os impactos da educação infantil de qualidade como ponto de ruptura para a pobreza e proteção social nas famílias mais vulneráveis foram também objeto de análise efetuada pelo autor.

OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002) utilizada nesta análise, a denominação “professores de nível médio no ensino fundamental” pode se referir àqueles que a LDB 9.394/96 permite que atuem nos anos iniciais do ensino fundamental ou não. Há nesse caso certa imprecisão que é resolvida em parte com base nos dados do Censo Escolar, mas, mesmo assim, não há como estabelecer com certeza que os profissionais descritos no Caged são aqueles pertencentes ao grupo 5 e que trabalham nas escolas privadas (tabela 2). A variação média, observada no período analisado, aponta crescimento quase inexpressivo, mas é preciso atenção porque esses professores estão atuando em salas de aula do país, e centenas de milhares de alunos são atendidos por professores multidisciplinares que não têm formação adequada para a importante tarefa que se lhes apresenta.

Tabela 2 – Caged - Professores de nível médio no ensino fundamental (CBO 2002) - Brasil 2015 a 2018

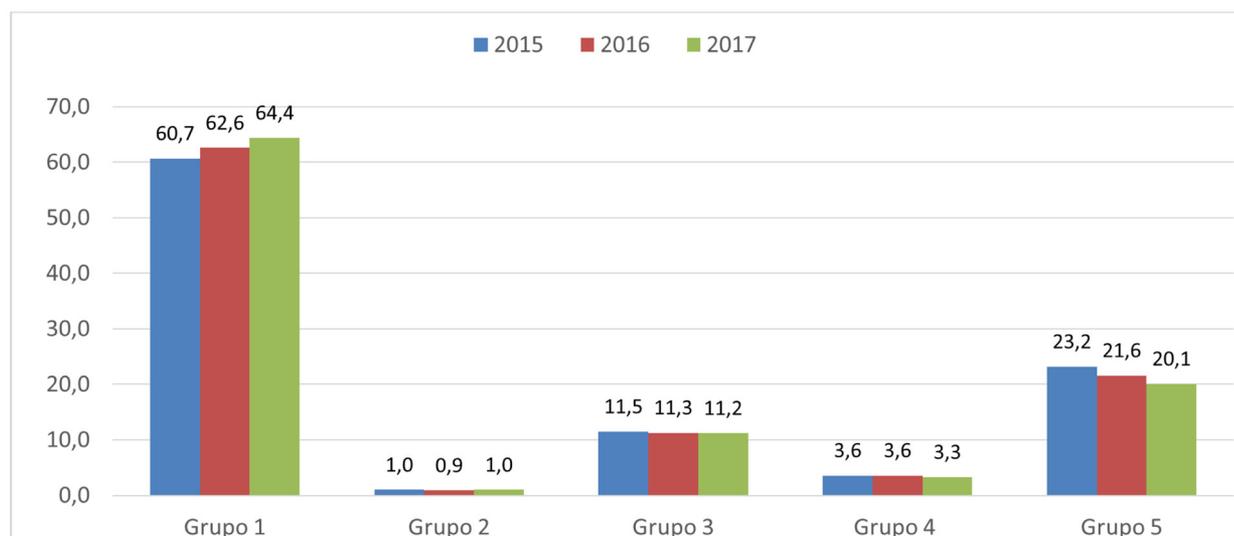
Ano	Total	Varição
2015	595.289	
2016	569.435	-0,04
2017	593.255	0,04
2018	610.362	0,03
Varição total		0,03

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI Nº 4.923/65.

Se, na educação infantil, é preocupante a qualidade da atuação docente de professores de nível médio, nos anos iniciais do ensino fundamental é ainda mais grave porque se trata efetivamente de ensinar a decodificar o mundo e se trata, também, dos aspectos fundamentais das diversas linguagens que dão sustentação à vida humana. Trata-se de alfabetizar, de matematizar; trata-se de entender as ciências naturais e as outras como o resultado do árduo trabalho do homem num mundo singular e objetivo. Trata-se, principalmente, de compreender que a ciência constitui trabalho contínuo da existência humana e a cada nova geração cabe dar novas formas e usos ao que se tem e ao que se cria.

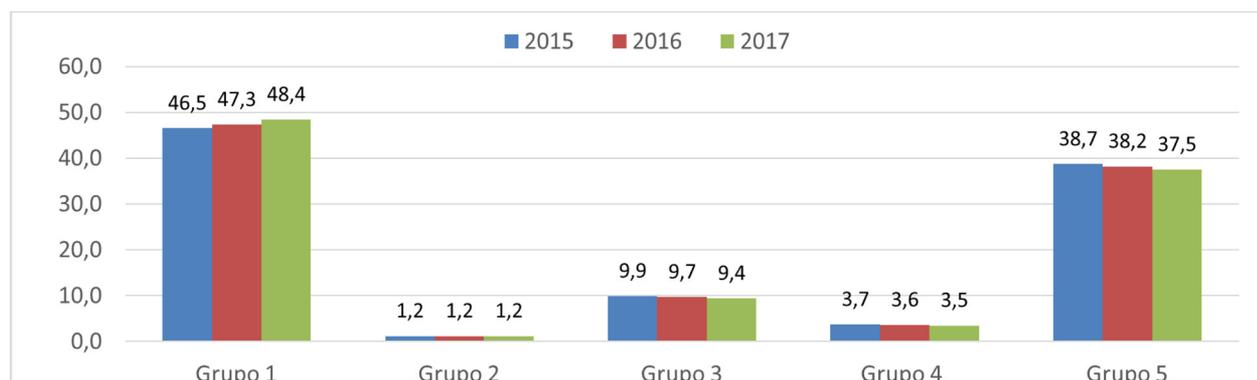
No período estudado, os professores com formação docente alinhada ao nível de atuação representaram 64,4% (gráfico 3) do total apurado; contudo, 33,6% possuíam formação inferior à desejada, sendo os professores do grupo 5 o segundo maior para esse recorte. Assim, mesmo nos estabelecimentos públicos de educação, estados, municípios e o próprio governo federal têm diante de si o desafio de elevar o grau de formação desses professores na medida em que realmente se empenham em cumprir aquilo que foi acordado no PNE (2014-2024) e também o que foi estabelecido nos planos estaduais e municipais de educação.

Gráfico 3 – Adequação da formação docente dos professores que atuam em escolas públicas nos anos iniciais do ensino fundamental - Brasil (2015-2017)



Fonte: INEP - Censos Educacionais 2015 a 2017.

Gráfico 4 – Adequação da formação docente dos professores que atuam em escolas privadas nos anos iniciais do ensino fundamental - Brasil (2015-2017)



Fonte: INEP - Censos Educacionais 2015 a 2017.

No tocante à adequação da formação docente de nível médio para os professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas privadas, no período de 2015 a 2017, houve aumento do número daqueles que possuíam nível superior (grupo 1) com 48,4% (gráfico 4) em 2017, contudo o segundo maior grupo é o daqueles que não possuem nível superior de ensino, representando para o mesmo ano 37,5% (gráfico 4).

Olhando para as escolas privadas, que trabalham em grande parte com a equação “custo da remuneração docente e efetivo lucro da atividade”, será ainda mais difícil a transição necessária para a contratação de professores de nível superior para todas as etapas da educação básica. Esta solução não pode depender da vontade do empreendedor, trata-se na verdade de decisão da sociedade que precisa estar refletida nos marcos legais da educação brasileira.

Durante a mineração dos dados do Caged referentes ao que foi proposto para este artigo, chamou a atenção encontrar que, no período de 2015 a 2018, houve aumento no número de contratações de professores das disciplinas pedagógicas de nível médio (tabela 3), exatamente aqueles que atuam na formação de professores de nível médio. Ainda que a variação seja baixa, esse é um indicador de que essa realidade ainda perdurará por alguns anos, a não ser que a raiz desse problema seja enfrentada definitiva e conclusivamente por meio da revogação dos artigos 62 e 63 da LDB 9.394/96, que autorizam a contratação de professores de nível médio para a educação básica. De outro modo, as resistências permanecerão por tempo demasiado longo para a sociedade brasileira.

Tabela 3 – Caged - Professores de disciplinas pedagógicas de nível médio (CBO 2002) - Brasil 2015 a 2018

Ano	Total	Varição
2015	249.484	
2016	245.194	-0,02
2017	255.714	0,04
2018	277.947	0,09
Varição total		0,11

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI No 4.923/65.

CONCLUSÕES

A proposta deste artigo foi elaborar uma reflexão sobre a permanência de professores de nível médio, atuando na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir de dados obtidos por meio das informações estatísticas do Caged 2015 a 2018 e dos Censos Escolares de 2015 a 2017. Esses dados foram agrupados pelas dependências administrativas pública e privada e nas etapas educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental da educação básica.

As análises apontaram que, tanto na dependência administrativa pública quanto na privada, ainda é expressivo o número de professores de nível médio atuando em escolas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Mesmo que essa situação tenha amparo na LDB 9.394/96, não se trata de mera observância legal, mas sim de considerar o risco para o país do ponto de vista estrutural de manter os jovens brasileiros tendo sua iniciação escolar mediada por profissionais com preparação aquém da necessária.

A defesa da elevação do nível de escolaridade obrigatória, para atuação em todas as etapas da educação básica, não desconsidera os problemas relacionados com a formação docente nas instituições de ensino superior do país, contudo, minimamente os cursos de formação de professores devem guardar aproximação com o que está determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Para fins de ilustração, fazem parte do rol dessa formação os seguintes aspectos extraídos do parágrafo sexto, do artigo 3º da Resolução nº 2 do CNE publicada em julho de 2015:

- I. sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;
- II. a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;
- III. o contexto educacional da região onde será desenvolvido;
- IV. as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;
- V. a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A discussão sobre a formação docente para professores da educação básica vem sendo conduzida por setores do governo e da sociedade civil desde a promulgação da LDB em nos anos 90 do século XX, contudo, a realidade objetiva aponta que a universalização da formação de nível superior para esses profissionais ainda é um desafio longe de ser vencido.

A este respeito, Guiomar Namó de Mello, em 1999, alertou:

É preciso, sob pena de inviabilizar a reforma da educação básica, cuidar para que a formação do professor desse nível de ensino seja priorizada como meta da política educacional mais geral do país, independentemente das soluções que vierem a ser formuladas para o ensino superior especificamente. A partir do perfil de professores que a reforma necessita para concretizar-se na sala de aula, será urgente reinventar as instituições existentes para que elas respondam eficazmente ao desafio de preparar esses professores. Caso isso não seja possível será preciso inventar outras instituições de ensino superior, como os Institutos Superiores de Educação, que sejam independentes para absorver projetos pedagógicos condizentes com as necessidades qualitativas e quantitativas de formação de docentes para a educação básica (MELLO, 1999, p.4).

De todas as conclusões possíveis para este estudo, fica a sensação de que, se a LDB não for alterada em seus artigos 62 e 63, o país levará muito tempo para universalizar a formação de nível superior para os professores da educação básica. Enquanto isso não acontece, milhões e milhões de crianças receberão de seus primeiros professores bem menos do que eles poderiam oferecer em termos de mediação entre o saber existente e a descoberta do mundo como uma forma de expressão da liberdade criativa a que todo ser humano deve ser apresentado em seus primeiros anos de vida, e da qual deve tomar posse como sendo seu dom natural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2HHTkR7>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2003?] Disponível em: <https://bit.ly/1OgopZ0>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Censo Escolar da Educação Básica 2015*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2sUuqJ6>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Censo Escolar da Educação Básica 2016*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2sUuqJ6>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Censo Escolar da Educação Básica 2017*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2sUuqJ6>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. *Nota Técnica nº 020/2014*. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2S0eaow>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Estatísticas dos professores no Brasil*. 2. ed. Brasília: Inep, 2004. 46p. Disponível em: <https://bit.ly/2S1iy71>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional. *Formação Inicial de Professores para a educação básica: uma (Re)visão Radical*. São Paulo: MEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documentob%3%82%C2%A0sico2.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)*. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2MGnxUK>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MELHUIISH, E. Efeitos de Longo Prazo da Educação Infantil: evidências e política. *Cadernos de Pesquisa*, v.43, n.148, p.124-149, 2013.

PEROZA, A. de R. M.; MARTINS, L. O. P. A formação de professores para a educação infantil no limiar dos vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 16, n. 50, p. 809-829, 2016.